

## **O PERFIL POLÍTICO DO INFANTE D. PEDRO NA PROSA DA DINASTIA DE AVIS.**

Amanda Lopes Blanco.<sup>1</sup>

### **Resumo**

O objetivo do artigo é apresentar a vida política do Infante D. Pedro através das perspectivas dos cronistas da Dinastia de Avis. O artigo foi dividido em: Treinamento do Infante; o testamento do Rei D. Duarte; a regência de D. Pedro; a relação do Rei D. Affonso V com o Infante D. Pedro e a sentença de D. Pedro.

O treinamento do Infante vai proporcionar o contexto da guerra de Ceuta que serviu para desenvolver a destreza do Infante na política. O testamento do Rei D. Duarte e a Regência de D. Pedro oferecem as disputas políticas de D. Pedro pela regência e a sua administração. A relação do Rei D. Affonso V com o Infante D. Pedro e a sentença de D. Pedro demonstram as inimizades e as intrigas dentro do reino de Portugal, assim como a morte do Infante.

**Palavras – Chave:** Infante, regência, crônicas.

### **Considerações iniciais**

É importante ressaltar que as fontes são escassas ao abordar o período antigo e medieval, existem lacunas em grandes períodos de tempo, por essa razão o historiador trabalha com fontes heterogêneas, como por exemplo, o diálogo com a arqueologia, ou com a memorialística que trata de uma narrativa histórica como as crônicas que tratam este artigo.

Muitos historiadores ao tentar preencher as lacunas da ausência de fontes, buscam trabalhar com modelos explicativos, dessa forma ocorre uma homogeneização das diferentes relações pessoais, desconsiderando suas especificidades. Através das crônicas

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História UFRRJ/IM.

utilizadas para o artigo é possível notar um entrelaçamento entre o social, econômico, religioso e político.

O Infante D. Pedro que viveu de 1392 até 1449, filho do Rei de Portugal D. João I e da Rainha Felipa. Foi regente de Portugal, após a morte de seu irmão, o Rei D. Duarte. Entrando numa disputa política com sua cunhada, a Rainha Leonor, pela regência de Portugal. Vindo assumir a regência até seu sobrinho D. Afonso V adquirir o reino. O Rei D. Afonso V, decreta a morte do Infante D. Pedro, influenciado pelo Duque de Bragança. O Infante D. Pedro não quis dá a cidade do Porto e a vila de Guimarães ao Duque, seu irmão bastardo, filho do Rei D. João I com Inês Pires.

A filha do Infante D. Pedro era casada com o Rei D. Afonso V, porém seus esforços para salvar a vida do pai não adiantaram. O Rei também lembrara de como o Infante D. Pedro deixara sua mãe, a Rainha Leonor, morrer triste e desgostosa por não estar em Portugal. O Infante partindo do Rio Maior em direção à Lisboa é recebido com insultos pelos ginetes do Rei. O confronto foi inevitável e Pero de Castro mata o Infante D. Pedro.

Quando D. Pedro foi regente de Portugal, ele procurou estabelecer uma relação de troca de favores com seus súditos. Para exercer o poder, o governante utiliza a justificativa teológica em que o cargo foi dado por Deus.

A biografia do Infante D. Pedro foi baseada nas crônicas da Dinastia de Avis. Foram utilizadas: A Crônica da Tomada de Ceuta por Dom João I de Eannes Gomes Zurara escrita em 1453; a Crônica de El-Rei de D. Afonso V de Ruy de Pina cuja primeira edição foi em 1790, sendo que a edição utilizada no artigo foi de 1901 e o Livro da Virtuosa Benfeitoria escrita pelo Infante D. Pedro entre 1430 e 1433. As crônicas produzidas pela Dinastia de Avis procuram afirmar e estabelecer a soberania do Rei. A preocupação com a memória de um reino português começa a mobilizar os príncipes da dinastia e pela primeira vez em Portugal, são contratados cronistas para contar a história de seus Reis.

### **Treinamento do Infante**

A função da nobreza é defender a população. Georges Duby sintetizou a forma da divisão feudal, onde a nobreza ficou conhecida como os bellatores, aqueles que guerreiam,

assim cabia a nobreza proteger a sociedade. Com isso, os nobres lutavam para conquistar novas terras, expandir a religião e resguardar a corte e os súditos medievais.

O Rei D. João I de Portugal, pai do Infante D. Pedro, resolveu tomar Ceuta. O benefício para Portugal da conquista de Ceuta advinha da possibilidade de consolidar uma posição de destaque perante os outros países da Europa. O Rei justificava a invasão através do expansionismo da fé católica sobre os infiéis.

A Crônica da Tomada de Ceuta por Dom João I de Eannes Gomes Zurara narra o contexto da guerra idealizada por D. João I. Participaram desta guerra, os Infantes, filhos de D. João I de Portugal. O Infante D. Duarte, herdeiro do trono português, o Infante D. Henrique e o Infante D. Pedro, onde é armado cavaleiro, na sua volta e recebe o título de Duque de Coimbra. A situação política aflorada na corte e a experiência da guerra de Ceuta serviu de treinamento intensivo para o Infante D. Pedro, tomando parte nas situações políticas, religiosas e econômicas de Portugal. As expectativas sobre a tomada de Ceuta não foram bem sucedidas, estendendo até o reinado de D. Duarte, irmão do Infante D. Pedro.

### **O Testamento do Rei D. Duarte**

A própria Rainha Leonor lê o testamento do seu marido, em que dizia que ela seria regente, herdeira de tudo e tutora de seus filhos. O Infante D. Pedro entra em acordo com a Rainha Leonor para regerem Portugal juntos. Logo, a Rainha é aconselhada a reger sozinha, pois assim era a vontade de seu marido. Com isso, começam as disputas políticas entre ela e o Infante pelo reino de Portugal.

A Rainha começa a reger, mas como estava grávida sentia muitas dores foi aconselhada a tirar alguns dias de descanso, causando o descontentamento do povo, pois queriam ter seus requerimentos logo resolvidos, sendo que alguns incentivavam D. Pedro a tomar a regência sozinho, o que este se negava a fazer, ou por dissimulação ou por sinceridade, sempre escusando a fraqueza e inocência da Rainha o quanto podia.

*Pelo qual alguns se atreviam já havendo por serviço de Deus e d'El-Rei e bem do reino de cometer ao Infante secretamente que*

*tomasse o Regimento de todo; mas elle, ou por dissimulação, ou por ser assi sua vontade, a todos tirava de tal esperança; antes em taes cousas assi se fazerm, posto que melhor se podessem e devessem fazer, sempre escusava as fraquezas e inocência da Rainha com quanto podia.*<sup>2</sup>

E foi em cima da fraqueza feminina da Rainha que o Infante D. Pedro baseou sua campanha política contra ela. Também existia o agravante da Rainha ser de Castela, com isso a Corte de Portugal alegava que Leonor era mulher e estrangeira, por isso não podia reger Portugal. E o Infante ganhou o apoio de seu irmãos, e na sua regência, D. Pedro, sempre consultava seus irmãos sobre decisões políticas.

O Infante também utilizou a religião em sua política e afirmava que se fosse da vontade de Deus ele iria reger Portugal. Como o reinado da Rainha estava conturbado, ele dizia que a providência divina posicionava-se contra vontade de Leonor. A situação piorou quando o primo da Rainha Leonor, o Arcebispo D. Pedro, esteve na cidade, pois seu comportamento era duvidoso e importunava a todos. Os oficiais passaram a reprimir as ações do Arcebispo, que logo saiu da cidade e foi para Castella.

Reuniram-se todos da Corte para decidirem sobre a regência de Portugal. D. Pedro precisava da concordância de todos os seus irmãos e sobrinhos para o acordo sobre sua regência ser aprovado. Convencido da necessidade, ele responde o que os seus irmãos o aconselharem, ele então faria. E foi decidido após os mesmos serem consultados, de que o reino deveria ficar em poder de D. Pedro, e então isso lhe foi avisado pessoalmente, e convencido D. Pedro aceita, porém faz a ressalva de que ele e a Rainha deveriam andar juntos no reino, para que ela percebesse sua boa intenção e deixasse de agir injustamente contra ele. D. Pedro queria aliados políticos e queria ser exemplo de bom cristão, por essa razão ele quis fazer as pazes com a Rainha, esta sae de Portugal.

Leonor passa a suspirar por Portugal, desejando que fosse enterrada na sua terra Natal. Ela chega a enviar um pedido para que pudesse retornar ao reino, mesmo que não morresse como Rainha, propondo um acordo com o Infante. Entretanto, a Rainha morre antes da resposta deste. O Regente ao ficar sabendo da morte da Rainha demonstra o seu

---

<sup>2</sup> PINA, Ruy de. “Chronica de El-Rei D. Affonso V. Lisboa. Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, cap. 19, págs. 42 e 43. 1901.

desamparo a Infante D. Joana, filha de Leonor e irmã do futuro Rei D. Affonso V. Após a morte de Leonor, D. Pedro mandar trazer de forma honrada o corpo da Rainha para Lisboa.

*Pelo qual a Rainha sentindo-se já envergonhada de requerer, e cansada de esperar , vendo os caminhos e remédios de sua esperança, com as mudanças de seus irmãos de todo cerrados, houve-se de todo por mal aventurada, e sobretudo por enganos mal aconselhada, e suspirando já por Portugal, ao menos para lhe sua terra comer o corpo, fallou com Mossem Gabriel de Lourenço, seu capellão mor, e com suas crenças, instrucção e poder, o enviou a Albuquerque, d'onde por meio do conde d'Arrayollos tratasse alguma concórdia com o Infante D. Pedro, ao qual Infante a Rainha com palavras e cousas assaz piadosas, enviará já pedir, ao mais consetimento e lugar para vir a estes reinos, e n'elles morrer, não como Rainha, mas como sua irmã menor que se queria poer em suas mãos, de que se contentaria receber o que elle quizesse, e lhe parecesse razão.*<sup>3</sup>

### **A Regência de D. Pedro**

Leonor, triste com a derrota sai de Portugal e vai para Castela onde estavam os seus irmãos, os Infantes de Castela. Segundo o cronista Ruy de Pina, o Regente D. Pedro tentou se conciliar várias vezes com o Leonor, porém ela não aceitava, pois acreditava que seus irmãos iriam defendê-la. O Regente apanha o filho de Leonor, o futuro Rei D. Affonso V e passa a cria-lo. Tal situação causou tristeza para Leonor e seus irmãos entram em várias desavenças políticas com Portugal.

D. Pedro também tenta resolver a situação de seu irmão, o Infante D. Fernando, pois na regência de seu irmão, o Rei D. Duarte, durante a conquista de Tânger é aprisionado D. Fernando. Na regência de D. Pedro, ele tenta negociar a liberdade de seu irmão D.

---

<sup>3</sup> PINA, Ruy de. “Chronica de El-Rei D. Affonso V. Lisboa. Bibliotheca de Clássicos Portuguezes , cap. 84, págs. 16 e 17. 1901.

Fernando com os mouros, estes pedem Ceuta em troca de D. Fernando. O Regente concorda, porém seu irmão, D. Henrique não concorda em dá Ceuta para os “ infieis”. E a libertação do Infante D. Fernando foi adiada, vindo posteriormente falecer no cativeiro.

A dinastia de Avis buscou a centralização do poder, porém não conseguiram a centralização e o reinado de D. Pedro oscilou entre uma tentativa de centralização política e a concessão de privilégios feudais. Na verdade, os Reis de Portugal nunca conseguiram uma centralização política, estes sempre governavam com o apoio da aristocracia, os Reis portugueses não foram considerados taumaturgos, mesmo com um discurso messiânico que contagiava a todos, pois a representação de monarcas medievais era baseada nas características de bons Reis, como um monarca escolhido por Deus, porém a dinastia de Avis não conseguiu a centralização régia.

D. Pedro garantia a fidelidade dos seus súditos através de troca de favores. Distribuía terras e recebia favores. Os recebedores eram sempre gratos e devedores. No Livro A Virtuosa Benfeitoria escrito pelo próprio D. Pedro, ele afirma que o Rei não pode ser mesquinho e nem guardar o patrimônio e sim distribuir para aqueles que precisam. Deste modo, o recebedor será sempre grato e devedor ao rei: “ ... e os recebedores verdadeiramente maginem que tal pagamento fazem por o bem que ouveram, que sempre em mais ficam devedores”.<sup>4</sup> O Regente para obter a gratidão dos súditos<sup>5</sup> utiliza respostas bíblicas e filosóficas, como exemplo no livro de Josué, onde está escrito que aqueles que esquecem das benfeitorias feitas por Deus, perecem. Visto que a figura do Rei associada a figura de Deus era naturalizada na sociedade. Nesta obra, D. Pedro afirma que o domínio servil procede do pecado original e para haver um equilíbrio entre os homens é necessário o senhor conceder terras a seus servos.

Quando esteve regendo, D. Pedro distribuiu cargos e terras para os seus irmãos Infantes. A relação do regente com os irmãos era amistosa, com exceção de seu irmão bastardo o Conde de Barcellos que mais tarde viria a ser o Duque de Bragança. Na disputa da regência entre o Infante D. Pedro e a Rainha Leonor o Duque de Bragança apoiou a Rainha Leonor e sempre a incentivava quando está ficava desanimada com a disputa

---

<sup>4</sup> O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: As Obras dos Príncipes de Avis. HALP, n. 07, Séc. XV, setembro, pág. 11. 1998.

<sup>5</sup> É possível que houvesse resistência, mas as fontes sobre os súditos (que compõem a história vista de baixo) são insuficientes. Existem fontes sobre resistência da própria nobreza e do clero.

política. D. Pedro regeu o reino de Portugal até D. Affonso V ser considerado capaz para reger.

### **A relação do Rei D. Affonso V com o Infante D. Pedro**

Em 1446, o Rei D. Affonso era considerado regente. Após alguns dias, o doutor Diogo Affonso faz uma outra fala, anunciando a necessidade de uma pessoa para auxiliar o Rei nas decisões a tomar, essa pessoa seria o Infante D. Pedro, até ele sentir-se a disposição de governar sozinho.

O Duque de Bragança, irmão do Infante, o Conde d' Ourem, e o Arcebispo de Lisboa, assim como outros, não tiveram grande paixão do regimento ter tornado para o Infante D. Pedro. E segundo o cronista, o Duque influenciou o Rei D. Affonso V contra o Infante. O Conde d'Ourem manda uma pessoa à corte para influenciar o Rei contra o Infante. E logo, o Rei procura o Conde, onde é convencido a não mais dividir o regimento com o Infante D. Pedro. O Infante é informado das coisas que falavam a seu respeito, e com muita tristeza e jurando fidelidade ao Rei, lhe entrega o regimento. Porém, o Infante reconheceu que esse movimento não germinava da vontade do Rei, mas dos seus inimigos.

Novas notificações do Rei ordenavam que o Infante não devesse ir à corte do Rei nem sair de suas terras sem o consentimento do Rei. Ordenou que fossem restituídos todos os criados da Rainha Leonor que haviam sido dispensados e ordenou que os fidalgos e os cavaleiros, que tinham simpatia pelo Infante, que não o fossem vê-lo.

Não satisfeitos, os inimigos do Infante, acusam-no de se armar contra o Rei. A pedido do Rei é feito uma vistoria no castelo do Infante, mas nada é encontrado.

O Infante desgastado por esses problemas, por diversas vezes escreve ao Rei de forma respeitosa e solícita falando-lhe de sua honestidade, e de que para que se evitasse mais desconfianças e problemas lhe mandasse para servi-lo fora da corte, onde o faria com amor e lealdade, lembrando-lhe do amor com o qual lhe criara e de que ele era casado com sua filha, que ele tanto amava, e que não era seu desejo apagar, mas sim perpetuar sua vida e geração.

O Duque estava passando pelas terras do Infante. D. Pedro decide se antecipar ao invés de esperá-lo em suas terras, e avança com seus homens para a aldeia de Couto para

ordenar a batalha. O Infante D. Pedro, estando a cavalo, reuniu todos os seus criados e disse sobre a perseguição que o Rei induzido pelo Duque e pelo Conde, seu filho, fazia contra ele. E usando o nome de Deus, declarou seu amor ao Rei e que este devido a sua pouca idade estava sendo influenciado pelo Duque. Afirmou que o Duque entrara em desavença com ele porque não quis lhe dá a cidade do Porto e a vila de Guimarães e que o Duque não servia ao Rei de coração. O Infante disse que tinha esperança de vencer, visto que estava sendo ajudado por muitos criados-amigos, e com os olhos cheios de lágrimas pediu perdão a Deus e a Virgem Maria.

O Duque foi para Santarém e levou muitas pessoas de sua corte, pois temia uma ação do Infante D. Pedro contra ele. O Rei D. Affonso V tomou a injúria contra o Duque como se fosse sua. D. Henrique, irmão do Infante D. Pedro, disse ao Rei que nenhum dos filhos do Rei D. João faria injúria contra ele, porém, o Infante D. Henrique ao defender seu irmão. D. Pedro não demonstrou firmeza. E não convenceu ao Rei. O Rei indignou-se contra o infante D. Pedro, visto que se lembrou do desamparo e pobreza que perdurou até a morte de sua mãe, a Rainha Leonor, além disso, havia os pedidos de suas irmãs e criados da Rainha em prol de vingança contra D. Pedro.

### **A Sentença de D. Pedro**

O Rei decretou três possíveis penas sobre os seus atos, pena de morte, cárcere ou desterro fora do reino. O Infante achou a morte mais digna. O Infante antes de partir de Coimbra mandou realizar uma festa, demonstrando está muito contente e despediu-se de sua esposa. Sua tropa era composta de mil homens à cavalo e cinco mil à pé, entre eles estavam muitos bons cavaleiros e escudeiros. Suas bandeiras demonstravam as suas intenções, que eram lealdade, justiça e vingança. Dirigindo-se ao mosteiro da Batalha convidou alguns frades para que o acompanhasse em sua procissão e cantassem devotamente por ele. Foi até onde estavam os ossos de seus pais e se despediu. Próximo a Santarém, o Infante, foi aconselhado a voltar atrás na sua decisão, mas em nome de sua honra não o fez. O Infante tinha esperança que a Rainha, sua filha e esposa do Rei D. Affonso V e o seu irmão o infante D. Henrique intercedessem por ele, fato este que não ocorreu.



O Infante partiu do Rio Maior em direção à Lisboa . Quando chegou a d'Alcoentre foi recebido com insultos pelos ginetes do Rei. Não conseguindo controlar a fúria de seus homens o confronto foi inevitável. Alguns foram mortos e outros presos, um desses presos foi reconhecido como Pero de Castro, fidalgo e criado do Infante D. Henrique, e levado a presença do infante D. Pedro o matou, provocando na corte grande revolta contra ele. Depois de três dias o Rei ordenou o sepultamento do Infante.

A vida do Infante D. Pedro foi lembrada pelo cronista. O Infante foi exaltado, sendo considerado grande, virtuoso, herdeiro de muitas terras e um homem bom, além de ser filho legítimo do Rei D. João. E falou ainda que quando o Infante estava vivo, muitos serviam e o honravam, agora morto, não há quem o enterre. Na visão do cronista, a fortuna foi a maior inimiga do Infante, pois a outra solução seria que o Infante peregrinasse por terras desconhecidas, demonstrando sinais de pobreza, porém a morte foi preferível pelo Infante. O cronista descreve:

*E foi muito justo, de que lhe veiu sempre avorrecer os mãos, e fazer bem aos bons.*

*Foi muito verdadeiro e mui constante, e de mui claro entendimento; foi liberal com medida, e assi caçador e monteiro com temperança; porque o estudo em que se mais deleitava o privava de semelhantes prazeres; fez primeiramente usar que os Reis e Príncipes n'estes reinos comessem em público, e fossem em suas mesas acompanhados, o que d'antes não faziam, cá pela mor parte sempre comiam retraídos; dizendo elle que suas mesas deviam ser escollas de sua corte, para que costumava mandar ler proveitosos livros, e ter praticas e disputa, de que se tomava muito ensino e doutrina.*

*Tirou as aposentadorias de Lisboa, e ordenou os estaos que deu causa a grande ennobrecimento da cidade, e assi fez outras muitas obras boas, e proveitosas ordenanças para o reino.*

*Porque sua alma recebera de Deus o galardão, pois em sua vida este mundo lhe foi tão ingrato.<sup>6</sup>*

---

<sup>6</sup> PINA, Ruy de. “Chronica de El-Rei D. Affonso V. Lisboa. Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, cap. 125, pág. 112. 1901.

## Considerações Finais

A característica política do Infante foi baseada nas crônicas da Dinastia de Avis. Por essa razão, a análise de D. Pedro são as produzidas pelos cronistas, ou seja, o que foi mostrado não se sabe se foi realmente vivido e sim o que foi reproduzido através da escrita das crônicas: “ Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para a outra”.<sup>7</sup> Todos os vestígios do passado são considerados relevantes para o historiador. Todavia é necessário abordar que os cronistas foram contratados por Reis da dinastia de Avis, estes tinham o objetivo de apresentar feitos heróicos da nobreza, ou seja, uma história tradicional:

*De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. Na ousada frase vitoriana de Sir John Seeley, Catedrático de História em Cambridge, “ História é a política passada: política é a história presente”. A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional.*<sup>8</sup>

Dentro dessa perspectiva de narrar as atitudes dos nobres, os cronistas não apresentaram as visões de diferentes grupos sociais dessa época e suas aceitações ou formas de resistência. Foi só com o advento da nova história que os historiadores começaram a se interessar por toda a atividade do homem. A história tradicional refere-se a narrativa dos acontecimentos de homens considerados grandes, como estadistas, generais e outros: “ Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de

---

<sup>7</sup> BURKE, Peter. “A Escrita da história: novas perspectivas”. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pág. 15. 1992.

<sup>8</sup> BURKE, Peter. “A Escrita da história: novas perspectivas”. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pág. 10. 1992.

fontes”.<sup>9</sup> Porém, Peter Burke diz que atualmente a história dos acontecimentos não são mais tão rejeitados como costumava ser.

A dinastia de Avis contribuiu para a construção de uma identidade nacional portuguesa que baseou-se na figura de um Rei soberano e temente a Deus, onde o Infante D. Pedro está incluído. Nesse período, houve uma grande produção literária, em que ampla parte desse material encontra-se nos acervos de obras raras do Real Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

---

<sup>9</sup> BURKE, Peter. “A Escrita da história: novas perspectivas”. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pág. 13. 1992.

**Bibliografia**

BURKE, Peter. “A Escrita da história: novas perspectivas”. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DUBY, Georges. “ As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo”. Lisboa: Estampa, 1982.

O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: As Obras dos Príncipes de Avis. HALP, n. 07, Séc. XV, setembro, 1998.

PINA, Ruy de. “ Chronica de El-Rei D. Affonso V”. Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1901.

ZURARA, Gomes Eanes de. “Crônica da Tomada de Ceuta” HALP, n. 08, Séc. XV, setembro, 1998.